

SISTEMA FAEP



BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXVIII nº 1276 - 22/09/2014 a 28/09/2014

Tiragem desta edição 24.000 exemplares



QUESTÃO INDÍGENA

CUMpra-SE A CONSTITUIÇÃO

TRIGO

Comercialização complicada

MEIO AMBIENTE

Semeando o verde

VIAGEM TÉCNICA

Produtores nos EUA e Canadá

Aos Leitores



Em muitos estados brasileiros, sob a complacência da Funai, propriedades rurais há décadas cultivadas vinham sendo ocupadas por indígenas. O argumento sempre repetido era de que essas áreas eram de seus ancestrais e, nas ocupações, muitas vezes, como aconteceu em Guaíra e Terra Roxa, no Paraná, importou-se índios “made in Paraguai”. Cenas assemelhadas vinham se repetindo país afora, principalmente no Mato Grosso do Sul.

No último dia 16 o Supremo Tribunal Federal deu um basta nessas situações e decidiu que a Constituição deve ser respeitada. E lá está determinado que terras indígenas são aquelas que estavam ocupadas por índios em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Carta Maior brasileira. Na questão julgada pelo Supremo e que resultou nesse veredito, a fazenda não via índio por perto há 70 anos.

Em seu voto, o decano do STF, ministro Celso de Mello adverte: “Trata-se de orientações que não são apenas direcionadas àquele caso, mas a todos os processos sobre o mesmo tema”, É esse o tema de capa desta edição.

Índice

STF	03
Trigo	05
Eleições 2014	08
Semeando o verde	10
História do voto	12
Visita Técnica	14
PNAD/IBGE	18
CAR	19
Aconteceu	20
Cartas / Leitor em foco	22
Sanidade	23
Conseleite	24
Notas	25
Eventos Sindicais	26
Via Rápida	30

Fotos: Fernando Santos, Agência Brasil, Divulgação e Arquivo FAEP

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Ivo Polo, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Lisiane Rocha Czech **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santarozza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon
Editor: Hélio Teixeira | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, Katia Santos e André Amorim | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuel | **Ilustração:** Icaro Freitas

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

A decisão do STF

Supremo decide que terras indígenas são as ocupadas até 5 de outubro de 1988



“A proteção constitucional estende-se às terras ocupadas pelos índios, considerando-se, para efeitos desta ocupação, a data em que foi promulgada a vigente Constituição”.

Esse voto do ministro Celso de Mello, apoiado pelos ministros Gilmar Mendes e Carmen Lúcia resume a decisão da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 29087. O Recurso tratava da questão de posse indígena em uma fazenda, no Mato Grosso do Sul, que havia sido declarada, pela União, como área de posse imemorial (permanente) da etnia guarani-kaiowá, integrando a Terra Indígena Guyraroká.

Em português claro: Isto quer dizer que somente serão consideradas terras indígenas aquelas por eles ocupadas até 5 de outubro de 1988.

“Essa decisão significa uma vitória dos produtores rurais de todo o Brasil, no sentido de garantir a estabilidade jurídica reclamada pelo setor produtivo em relação à demarcação de terras indígenas”, disse o presidente da FAEP, Ágide Meneguette ao ser informado da decisão.

Para os parlamentares da Frente Parlamentar Agropecuária, “isso deve servir para reflexões dos antropólogos da Funai, que por esse Brasil adentro saem a demarcar a torto e a direito terras produtivas sem observar o marco temporal de 5 de outubro de 1988 do artigo 231 da Constituição”.

O STF decidiu reformar acórdão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que havia indeferido mandado de segurança com o qual o proprietário da fazenda buscava invalidar a declaração da área como terra indígena. Assim, o Supremo definiu que os referenciais fixados no julgamento do caso Raposa Serra do Sol devem servir de base para a decisão de casos semelhantes que envolvam demandas indígenas sobre terras produtivas.

Sem índios há 70 anos.

O relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Guyaroká, segundo o ministro Celso de Mello, indicou que a população indígena guarani-kaiowá residiu na área, objeto de disputa, até o início da década de 40. Deste modo, definiu: “há mais de 70 anos não existe comunidade indígena na área, portanto não há que se discutir o tema da posse indígena”, afirmou o ministro Celso de Mello.

Ele ressaltou, ainda, o alcance das condicionantes expressas na decisão do STF no caso Raposa Serra do Sol: “Trata-se de orientações que não são apenas direcionadas àquele caso, mas a todos os processos sobre o mesmo tema.” Segundo o consultor jurídico da CNA, Carlos Bastide Horbach, “este julgamento é mais um precedente que reforça a jurisprudência do Supremo no sentido de serem as condicionantes aplicáveis a todos os processos envolvendo demarcações de terras indígenas”.

Ao ser estabelecido pelo STF o marco temporal da data em que a Constituição foi promulgada, como há muito vem defendendo a CNA e a FAEP, incorpora-se um componente fundamental para a paz no campo. Afinal, a decisão determina que ocupações posteriores a esta data não contam com o benefício da proteção constitucional.

A decisão deixa claro que, quando houver necessidade comprovada de uma nova demarcação envolvendo terras legalmente tituladas em nome de produtores rurais, o Estado deverá substituir o processo convencional de demarcação por uma “declaração expropriatória”. Isto deverá implicar a abertura de um processo de desapropriação, com pagamento de justa indenização aos proprietários. Na demarcação convencional, com base no artigo nº 231 da Constituição, os produtores recebem apenas pelas benfeitorias.

As questões de terras indígenas vêm ocorrendo em vários Estados do país. No Paraná, recentemente, ocorreram episódios no extremo-Oeste do Estado (veja pg 4) e só no Mato Grosso do Sul, são 86 as fazendas produtivas hoje invadidas por indígenas.



Sede de fazenda incendiada no Mato grosso do Sul



Invasões no Paraná

No Paraná, a truculência da direção da Funai ficou patente em diversos episódios. Em agosto de 2012, índios vindo clandestinamente do Paraguai fecharam a ponte Ayrton Senna, entre as cidades de Guaíra (PR) e Novo Mundo (MS) e invadiram 16 propriedades rurais, levando um clima de insegurança à população.

As áreas invadidas no Paraná pelos índios paraguaios, segundo a Funai, seriam territórios históricos de ocupação indígena, porém, estas terras eram ocupadas e consolidadas por produtores rurais, que possuem títulos de propriedade expedidos pelo governo federal, desde o início do século passado. Além disso, os índios já estavam fixados a gerações no país vizinho, inclusive tendo abandonado os costumes indígenas e bastante incorporados ao meio urbano.

Na ocasião, arquivos da Itaipu Binacional, que guardam o levantamento realizado no início dos anos 70 do século passado, comprovaram a ilegalidade das invasões. A Binacional não identificou áreas que hoje poderiam ser enquadradas no § 2º do artigo 231 da Constituição Federal como áreas “tradicionalmente ocupadas pelos índios”. A própria Embrapa assegurou na época não existirem índios em pelo menos quatro das áreas invadidas no Oeste do Paraná.

O que ficou patente na operação foi a conduta questionável da Funai e das Organizações Não Governamentais (ONGs) por ela orientadas, para criar um clima de insegurança jurídica e o emprego arbitrário da força para a ocupação ilícita de imóveis rurais para pro-

mover demarcações arbitrárias.

Em fevereiro de 2013, os dirigentes da FAEP, da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e da Federação da Agricultura do Mato Grosso do Sul (Famasul) reuniram-se com a então ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, para debater as invasões indígenas em propriedades rurais de Guaíra e Terra Roxa. A resposta do governo a esta questão foi um ofício da Funai que criou um grupo técnico de trabalho para realizar estudos de demarcação de áreas.

A ação desagradou até mesmo o prefeito de Guaíra, Fabian Vendruscolo, do PT, que se mostrou preocupado com a atitude da Funai em constituir um grupo técnico para realizar a delimitação de terras à revelia do município. Segundo ele, na época havia inúmeras ocupações ocorridas em Guaíra e Terra Roxa, sob a apreciação da Justiça Federal, mas que não possuíam qualquer procedimento administrativo em elaboração na própria Funai para estudo de demarcação. No seu entender, essas áreas deveriam ser reintegradas aos seus proprietários legais.

No dia 19 de abril de 2013 – data em que se comemora o Dia do Índio -, a situação já havia se agravado bastante, inclusive com episódios de violência (houve o assassinato de um produtor rural por índios em Douradina, no Mato Grosso do Sul). Nesta data, enquanto centenas de índios ocupavam, de forma violenta, a Câmara Federal e o Palácio do Planalto, em Brasília, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette conversava com lideranças rurais no Oeste do Estado, com objetivo de encontrar uma solução para o impasse.

O calvário do trigo

Ministro da Agricultura veio ao Paraná anunciar medidas de apoio à comercialização, mas remédio pode chegar tarde demais



Depois de visitar o Paraná no início da última semana, onde reuniu-se com lideranças do agronegócio, o ministro da Agricultura Neri Geller foi surpreendido ao chegar em Brasília por mais um ofício da FAEP, assinado pelo presidente Ágide Meneguette, solicitando agilidade na Aquisição do Governo Federal (AGF) e nos leilões do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural (Pepro) para o trigo colhido no Estado.

A FAEP espera contar com o apoio do governo federal para a comercialização de 1,5 a 2 milhões de toneladas do cereal e pede a liberação imediata, em parcela única, dos recursos ainda em setembro, ficando disponíveis enquanto os preços pagos continuarem aviltantes para os produtores. Nas regiões de Cascavel, Campo Mourão, Jacarezinho, Toledo e Londrina, onde a maior parte da produção já foi colhida, a saca do cereal é vendida a R\$ 30,15, valor 10% abaixo do preço mínimo e com perspectivas de baixar ainda mais conforme avançar a colheita em outras regiões.

Na última terça-feira (16) Geller esteve no Paraná onde

anunciou a liberação de R\$ 350 milhões para sustentar o preço do trigo, principalmente no Sul do país, onde se concentra a produção do cereal. Do total, R\$ 200 milhões seriam destinados a AGF e outros R\$ 150 milhões para custear o Pepro.

Durante a reunião realizada na sede da Ocepar, em Curitiba, o diretor-executivo do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Fundeppec), Ronei Volpi, representando o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, pediu ao ministro que redobre os esforços para apoiar a produção e a comercialização da produção agrícola do Estado. “Medidas eficientes nem sempre são eficazes, porque não chegam na hora”, apontou.

Outra demanda relativa à pasta da Agricultura foi a liberação de recursos para o seguro rural. Durante o lançamento do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2014/15 a presidente Dilma Rousseff anunciou R\$ 700 milhões para esta finalidade. Até o momento foram liberados R\$ 260 milhões na safra de inverno e outros R\$ 140 milhões na safra de verão, ficando pendente a liberação de R\$ 300 milhões.

Segundo Geller, estes recursos devem ser liberados até o final de outubro “Realmente tem uma demanda represada, estamos trabalhando para liberar isso no máximo em três semanas”, afirmou, justificando tratar-se de uma questão orçamentária, que, portanto, envolve outros ministérios, como Fazenda e Planejamento.

Segundo dados da Secretaria de Agricultura e do Abastecimento (Seab) do Paraná, este ano a safra de trigo deve ser de 3,9 milhões de toneladas, o que corresponde a 52% da produção nacional. No entanto, no momento em que os produtores estão colhendo a maior safra de trigo da história, o preço pago pelo cereal situa-se abaixo do preço mínimo e também abaixo do custo de produção. Quando foi plantado, o preço da saca do trigo estava em R\$ 42,59, o que garantia a rentabilidade ao menos sobre o custo variável de produção.

Neste mês de setembro, o preço do trigo situa-se abaixo do preço mínimo de R\$ 33,45 por saca, com valor médio de R\$ 30,15/saca segundo dados da Seab. Nas regiões onde a colheita já está bastante avançada, como, por exemplo, nos núcleos regionais de Cascavel e Londrina, onde o percentual de colheita está acima de 50%, não há compradores para o produto.

A desvalorização do trigo no Estado se acentuou a partir do final de junho, quando o governo federal liberou as importações com tarifa zero para países não integrantes do Mercosul. Após a isenção da Tarifa Externa Comum (TEC), que vigorou até 15 de agosto, o preço do cereal despencou de R\$ 41,39/saca, em junho, para R\$ 32,95/saca em agosto, de forma que não cobre os custos de produção em nenhuma região do Estado.

Segundo o ministro, esta realidade poderia ter sido ainda pior. “Tinha uma proposta da indústria de (importação de) 3,5 milhões de toneladas. Nós não aceitamos, tiramos da pauta da (Câmara de Comércio Exterior) Camex, e conseguimos derrubar para 1 milhão de toneladas. E a proposta era para ser até o dia 15 de setembro, derubamos para dia 15 de agosto”, afirmou. Segundo Geller, o anúncio de outra TEC neste momento “está completamente fora de qualquer possibilidade”.

De acordo com a Conab, a produção paranaense representa mais da metade do trigo nacional, mas historicamente a área plantada com trigo vem diminuindo no Estado por conta da baixa rentabilidade.

Feijão na berlinda

Outra demanda dos produtores paranaenses levada ao ministro da Agricultura refere-se ao apoio à comercialização do feijão produzido no Estado. O preço do feijão de cor (carioca) chegou a um dos piores patamares de preço da história, sendo vendido a R\$ 31,63 a saca, onerando os produtores, uma vez que o custo de produção é de R\$ 104,00/saca segundo a Conab.

Geller afirmou, em Curitiba, que o ministério já liberou R\$ 60 milhões para AGF do produto e se necessário seriam aportados mais R\$ 30 milhões. Estas ações, no entanto, mostram-se insuficientes para minimizar o prejuízo dos produtores.

Apesar dos apelos da federação e das promessas do governo, a realização do AGF não aconteceu na primeira safra e os produtores assumiram os prejuízos de comercializar seus produtos abaixo do preço mínimo e do custo de produção. No final de maio, quando o Mapa e a Conab anunciaram o montante de R\$ 2 milhões disponível para realização de AGF no Paraná, cerca de 92%, ou 377 mil toneladas, já haviam sido comercializadas com preços abaixo do preço mínimo.

O problema persistiu na segunda e na terceira safra de feijão carioca. O recurso total para

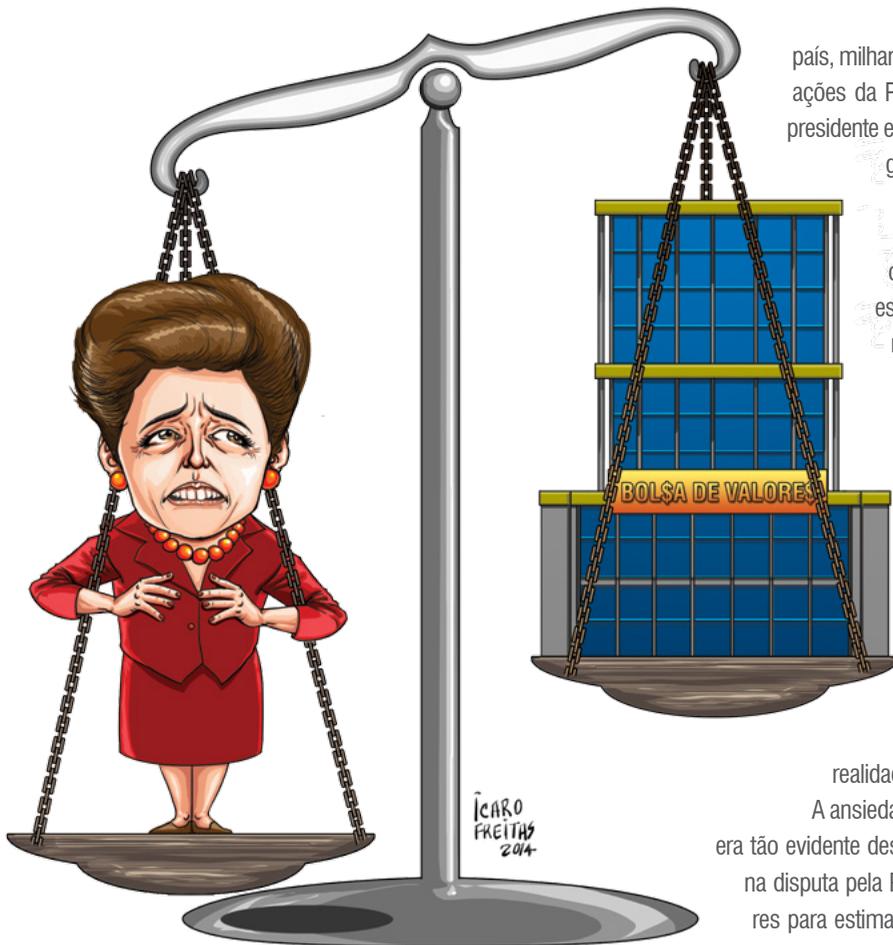
apoiar a comercialização do feijão paranaense foi de R\$ 22 milhões, suficiente para o apoio de somente 14 mil toneladas, em um universo em que a produção totalizou 808 mil toneladas.

Considerado o maior produtor nacional de feijão, e tendo respondido na safra 2013/14 por 23,5% da produção nacional, o Paraná deve reduzir a área plantada para o menor patamar da história, apenas 203 mil hectares segundo a Seab.



O efeito Ibope na Bolsa

Índice Bovespa sobe quando Dilma cai nas pesquisas



país, milhares de trabalhadores que colocaram seus FGTS em ações da Petrobras, torceriam tanto pelo Ibope negativo da presidente e pelo sucesso de seus Fundos. Mas a Bolsa é uma gangorra que sobe hoje e desce amanhã e não seriam apenas os belos olhos dos pequenos investidores e seus Fundos de Garantia que alteraria os índices do Ibovespa. Junto e mais pesadamente está a especulação que move os papéis estatais ou não.

Como na política mais vale a versão que os fatos, a verdade é que em dia de resultados de pesquisa, antes que William Bonner anuncie os resultados no “Jornal Nacional”, é o andamento do Pregão da Bolsa que sugere se Dilma está em alta, em baixa ou estacionária.

Os investidores têm o pé atrás com a presidente porque avaliam que as intervenções do governo nas estatais, como ocorre com os preços dos combustíveis, é uma forma de controle da inflação que fantasia a realidade econômica e um dia a casa cai.

A ansiedade do mercado com o resultado das eleições não era tão evidente desde 2002, quando Lula despontou como favorito na disputa pela Presidência. Na época, bancos criaram indicadores para estimar de que forma a vantagem de Lula afetaria aplicações atreladas ao dólar e à taxa de juros. O mais famoso foi o lulômetro, do banco Goldman Sachs.

Foi aí que Lula assinou a famosa “Carta aos Brasileiros” renegando as ameaças do PT e seguindo as regras que vinham sendo adotadas pelo antecessor Fernando Henrique.

“Na eleição do Lula, a dúvida era se o sistema econômico seria alterado. Já o governo Dilma foi marcado pelas intervenções pesadas nas empresas estatais. Com a reeleição, o mercado acredita que isso vai continuar”, afirmam os pesquisadores do Insper.

O mercado financeiro é um terreno nervoso, com profissionais que se dedicam a obter informações relevantes antes dos outros para ganhar dinheiro. Nesse ambiente, a eleição virou motivo para apostas, movidas a pesquisas eleitorais, consultorias e boatos. E dá-lhe especulação, principalmente agora na reta final para Dilma, Marina e Aécio.

O Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), de São Paulo, avaliou 19 sondagens de intenções de voto do Ibope e do Datafolha, e fez a relação delas com as reações da Bolsa de Valores.

Calculou que cada ponto perdido de popularidade da presidente-candidata valeria 801 milhões de dólares (mais de R\$ 1,8 bilhões, levando em conta os ganhos com as ações da Petrobras, Banco do Brasil e Eletrobrás, Cesp e Cemig. A conta foi feita pelos economistas do Insper, Sérgio Lazzarini, Bruna Bettinelli Alves e João Manoel Pinho de Mello.

A cada ponto que a aprovação de Dilma perdeu nas pesquisas, as ações dessas empresas subiram em média 0,5 ponto percentual acima da média do mercado, calculada pelo índice Ibovespa.

A ser verdade os cálculos, nunca antes na história deste

141 milhões em ação

O eleitorado brasileiro registrou alta de 4,4% neste ano em comparação com o total de eleitores aptos a votar nas eleições de 2010, segundo dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Conforme os números, 142.822.046 pessoas estão aptas a votar no dia 5 de outubro. Nas eleições de 2010, após auditoria do cadastro eleitoral, eram 135.804.430 eleitores aptos.

Quase oito milhões de pessoas estão aptas a votar no Paraná nas eleições de 2014. Os dados, divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mostram que 7.865.950 eleitores poderão ir às urnas em outubro, o que representa um aumento de 3,48% em relação ao pleito de 2010. As estatísticas ainda mostram que as mulheres são maioria, bem como os eleitores entre 45 e 49 anos. As mulheres são maioria entre os eleitores do Paraná. Com 4.080.800 mulheres aptas a votar, o percentual é de 51,87% – pouco maior do que o registrado nas eleições de 2010, de 51,45%.

Os números de 2010

Paraná

Em 2010, o tucano Beto Richa venceu Osmar Dias (PDT) no primeiro turno na eleição ao governo do Paraná com 52,43% (3.039.774) do total de 6.347.623 votos. O pedetista Osmar Dias decidiu na última hora ser candidato novamente ao governo do Estado na coligação A União Faz Um Novo Amanhã, que entre outros partidos teve a participação do PT e do PMDB. Ele conseguiu 2.645.341 votos (45,63%) chegando ao segundo lugar.

Faixa Etária	Masculino(M)	%M/T	Feminino(F)	%F/T	Não Informado(N)	%N/T	Total(T)	%/TT
Inválida	7	33,33	14	66,67	0	0	21	0
16 anos	20.811	48,83	21.806	51,17	0	0	42.617	0,56
17 anos	37.438	50,59	36.568	49,41	0	0	74.006	0,97
18 a 20 anos	240.609	50,32	237.541	49,68	0	0	478.150	6,29
21 a 24 anos	355.754	49,86	357.716	50,14	0	0	713.470	9,39
25 a 34 anos	849.575	49,06	881.969	50,94	0	0	1.731.544	22,78
35 a 44 anos	751.680	48,34	802.511	51,61	725	0,05	1.554.916	20,46
45 a 59 anos	864.526	47,55	949.551	52,23	3.904	0,21	1.817.981	23,92
60 a 69 anos	317.456	47,17	353.803	52,57	1.778	0,26	673.037	8,85
70 a 79 anos	165.463	46,69	187.761	52,99	1.132	0,32	354.356	4,66
+ 79 anos	78.756	48,78	81.999	50,79	700	0,43	161.455	2,12
TOTAL(TT)	3.682.075	48,44	3.911.239	51,45	8.239	0,11	7.601.553	100

Presidente

Dilma Rousseff (PT) não conseguiu encerrar a questão no primeiro turno nas eleições de 2010. Com 46,91% dos votos, a petista levou a eleição para o segundo turno quando a coligação Para o Brasil Seguir Mudando conseguiu 55.752.483 votos (56,05%). José Serra do PSDB e candidato da coligação O Brasil Pode Mais teve 43.711.162 votos (43,95%). Marina Silva, candidata pelo PV ficou em 3º. Lugar com 19,33% dos votos (19.636.359).

Faixa Etária	Masculino(M)	%M/T	Feminino(F)	%F/T	Não Informado(N)	%N/T	Total(T)	%/TT
Inválida	60	49,18	60	49,18	2	1,64	122	0
16 anos	392.113	48,46	416.999	51,54	0	0	809.112	0,6
17 anos	708.791	49,42	725.297	50,58	0	0	1.434.088	1,06
18 a 20 anos	4.358.888	49,83	4.389.352	50,17	0	0	8.748.240	6,44
21 a 24 anos	6.673.999	49,53	6.801.457	50,47	0	0	13.475.456	9,92
25 a 34 anos	16.009.802	48,78	16.813.780	51,22	180	0	32.823.762	24,17
35 a 44 anos	12.915.308	48,21	13.858.735	51,73	16.265	0,06	26.790.308	19,73
45 a 59 anos	14.635.708	47,46	16.131.972	52,31	69.219	0,22	30.836.899	22,71
60 a 69 anos	5.309.326	46,47	6.086.052	53,27	29.620	0,26	11.424.998	8,41
70 a 79 anos	2.808.014	44,77	3.444.747	54,92	19.699	0,31	6.272.460	4,62
+ 79 anos	1.469.998	46,1	1.705.519	53,48	13.468	0,42	3.188.985	2,35
TOTAL(TT)	65.282.007	48,07	70.373.970	51,82	148.453	0,11	135.804.430	100

Semeando o Verde

Projeto socioambiental desenvolvido pela Usina Santa Terezinha leva consciência e respeito ao meio ambiente a 6 mil crianças



Para semear cidadania e o respeito pelo meio ambiente junto às novas gerações, a Usina Santa Terezinha vem promovendo neste mês de setembro o projeto Semeando o Verde, que atende cerca de 6 mil jovens de 16 escolas públicas do Paraná e Mato Grosso do Sul. As ações começaram a ser desenvolvidas nas semanas que antecedem o Dia da Árvore, comemorado em 21 de setembro, e envolvem palestras, apresentações teatrais, concursos de desenho e redação, entrega de kits, e o plantio de mudas de árvores nativas e frutíferas.

Participam do projeto alunos da 3ª, 4ª e 5ª séries da rede municipal de educação. Segundo o gerente de recursos humanos da Usina Santa Terezinha, Waldomiro Baddini, o compromisso da empresa é aliar a atividade produtiva às iniciativas socioambientais, visando a formação de cidadãos mais conscientes de seu papel na preservação do meio ambiente. “O Semeando o Verde contribui para que tenhamos um mundo cada vez melhor e esse é o papel que todos nós devemos desempenhar. A nossa empresa, consciente de sua importância não só para a economia, mas principalmente perante a

comunidade em que está inserida, procura adotar ações que venham de encontro a este objetivo”, observou.

A iniciativa foi realizada nas cidades onde estão localizadas as unidades da Usina Santa Terezinha em Iguatemi, Ivaté, Tapejara, Cidade Gaúcha, Paranacity, Rondon, São Tomé, Terra Rica, Goioerê e Costa Bioenergia (Umuarama), no Paraná, e em Eldorado, no Mato Grosso do Sul. O número de crianças envolvidas no Semeando o Verde cresce a cada ano e o objetivo é que em 2015 o projeto seja ainda mais abrangente. A meta é disseminar informações sobre a preservação do meio ambiente para 12.000 alunos de escolas municipais e promover o plantio de 100 mil mudas de árvores nativas e frutíferas. “Ficamos felizes que o número de crianças participantes do projeto está ampliando a cada ano. E que o sucesso deste projeto sirva de exemplo para muitas outras empresas”, completa Baddini.

A iniciativa tem o patrocínio da FMC Agricultural Solutions e conta o apoio de diversos parceiros. As mudas utilizadas no plantio são cultivadas nos viveiros próprios da empresa e recebidas através

de doações do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), da Itaipu Binacional e da ICMBio/Reserva das Perobas. Outro ponto importante para a realização do projeto é a atuação de voluntários, como o colaborador da Unidade São Tomé, Marcos Vitorino dos Santos, que participa do projeto pelo terceiro ano consecutivo atuando nos viveiros da unidade para atender as demandas do projeto. “É um trabalho conjunto nos viveiros. Temos toda uma preparação para atender a demanda do projeto, desde o adubo e irrigação, até a logística do dia do plantio com as crianças”, afirma.

Extensão da escola



Para Marcos Gaio, diretor de vendas para cana e HF da FMC, apoiar o Semeando o Verde é ajuda a formar cidadãos mais conscientes e mais críticos quanto a sua responsabilidade socioambiental. “Promover ações de conscientização sobre preservação do meio ambiente e apresentar a importância de boas práticas agrícolas nas lavouras para os jovens é essencial para o desenvolvimento de um país mais sustentável. Dessa forma, a FMC apoia o projeto que tem esse objetivo que contempla a visão da companhia”, destacou.

As atividades começaram no início de setembro e devem terminar até o dia 30 deste mês, quando serão realizadas as premiações dos concursos de desenhos e redações dos alunos, que tem como tema a preservação do meio ambiente.

Segundo a diretora da Escola Municipal Eurípedes Pregídio, de Paranacity, Rosângela Fiori, o projeto tem papel complementar e

reforça aquilo que já é ensinado em sala de aula nos estudos ambientais. “O Semeando o Verde vai ao encontro de tudo aquilo que trabalhamos no dia a dia, dentro da escola. Quando falamos no projeto, as crianças já ficam ansiosas para assistir ao teatro, participar dos concursos e, principalmente, para o dia do plantio”, diz.

Também a diretora da Escola Municipal Santo Carraro, de Mandaguçu, Sandra Aparecida Francisco, observa que é grande a expectativa dos alunos em participar do projeto. “No ano passado tivemos sete alunos premiados no concurso de frases. A esperança é que os prêmios venham pra cá novamente este ano. As crianças já estão na expectativa e acho que vão se esforçar bastante no concurso de desenho e redação”, afirmou.

Trajétoria de sucesso



O projeto Semeando o Verde vem crescendo em importância e qualidade a cada ano. Em 2013 atingiu 4 mil crianças de 20 escolas públicas. Na ocasião foram plantadas 45 mil mudas de árvores nativas e frutíferas nas Unidades Cidade Gaúcha, Iguatemi, Ivaté, Paranacity, Rondon, São Tomé, Tapejara, Terra Rica, Goioerê e Costa Bioenergia (Umuarama), no Paraná, e em Eldorado, no Mato Grosso do Sul. Neste ano de 2014, o projeto recebeu pela terceira vez consecutiva o Selo dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) - Empresa Parceira, que destaca as empresas que contribuem para atingir estes objetivos, dentre os quais está o aumento na qualidade de vida e respeito ao meio ambiente.

A história dele, o VOTO

Já valeu saco de mandioca, já foi de cabresto,
a bico de pena até a atual urna eletrônica



No dia 23 de janeiro de 1532, os moradores da primeira vila fundada na colônia portuguesa – São Vicente, em São Paulo – foram às urnas para eleger o Conselho Municipal. Foi a primeira votação no novo Brasil recém-descoberto.

Demorou para acontecer de novo. Somente em 1821, ou 289 anos depois, baseada na legislação da Constituição Espanhola, foram eleitos 72 representantes junto à corte portuguesa. A primeira legislação eleitoral brasileira surgiu com a Independência do Brasil, em 1822, por ordem de D. Pedro I. Essa lei seria utilizada na eleição da Primeira Assembleia Geral Constituinte, de 1824. Neste período, os partidos políticos não existiam, o voto não era secreto e era chamado de censitário, porque estava restrito a uma parcela da população de alta renda. Para votar ou se candidatar a uma vaga de deputado, o eleitor deveria ter uma grande quantidade de dinheiro, ou sacos de mandioca (uma das medidas de riqueza na época).

As fraudes eleitorais eram frequentes. Havia, por exemplo, o voto por procuração, no qual o eleitor transferia seu direito de voto

para outra pessoa. Não raro as votações contabilizavam nomes de pessoas mortas, crianças e moradores de outros municípios. Em 1842, este tipo de voto foi proibido.

Até então, o eleitor era reconhecido por testemunhas, sem qualquer documentação. O título de eleitor foi instituído somente em 1881, por meio da chamada Lei Saraiva. Mas o novo documento não resolveu o problema das fraudes, uma vez que o título não possuía a foto do eleitor.

Após a proclamação da República, em 1889, o voto ainda não era direito de todos. Menores de 21 anos, mulheres, analfabetos, mendigos, soldados rasos, indígenas e integrantes do clero estavam impedidos de votar.

O voto direto para presidente e vice-presidente apareceu pela primeira vez na Constituição Republicana de 1891. Prudente de Moraes foi o primeiro presidente a ser eleito dessa forma.

Durante a República Velha, de 1889 a 1930, havia uma prática conhecida como voto de cabresto. Através da intimidação

ou suborno, os eleitores eram forçados a votar nos candidatos dos coronéis e grandes autoridades municipais. As fraudes ainda eram frequentes e a manipulação eleitoral gerava resultados absurdos nas urnas. Em uma eleição desse período, ocorrida no Rio de Janeiro, tantos eleitores votaram duas vezes que foi preciso empossar dois governadores e duas Assembleias Legislativas.

Uma outra prática ilegal era conhecida como eleições a bico-de-pena: um dia antes da eleição, o presidente da mesa preenchia a ata dizendo quantas pessoas a tinham assinado, fraudando a assinatura das pessoas que compareciam.

Do voto das mulheres às urnas eletrônicas



Com o fim da República Velha e o início da Era Vargas, em 1930, muitas coisas mudaram em relação ao voto. Em 1932, foi instituída uma nova legislação eleitoral e as mulheres conquistaram o direito ao voto. No entanto, as mulheres só passaram a exercer plenamente este direito a partir de 1945. Na década de 1930, o voto passou a ser secreto, após a criação do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais. Porém, com a instalação da ditadura do Estado Novo, em 1937, o povo ficou oito anos sem ir às urnas.

Depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com a vitória dos aliados, era grande a pressão pela volta da democracia, o que levou Vargas a permitir a reorganização partidária e a convocar eleições. Em dezembro de 1945, o general Dutra foi eleito com 54,2% dos votos. Até meados da década de 1950, eram utilizadas

cédulas eleitorais impressas com o nome de apenas um candidato, distribuídas pelos próprios partidos. A partir de 1955, a Justiça Eleitoral encarregou-se de produzir as cédulas. E para diminuir as fraudes, começou a ser exigida a foto no título eleitoral.

O golpe militar de 1964 impediu a manifestação mais legítima de cidadania, ao proibir o voto direto para presidente da República e representantes de outros cargos majoritários, como governador, prefeito e senador. Apenas deputados federais, estaduais e vereadores eram escolhidos pelas urnas.

Em 1968, o presidente Costa e Silva decretou o Ato Institucional número 5, o AI-5, que deu plenos poderes ao governo. Partidos políticos foram extintos e o bipartidarismo foi adotado no país: foram criados a Arena, que reunia partidos do governo, e o MDB, que aglutinava as “oposições”. Para garantir vitória nas urnas, os militares criaram a sublegenda. O partido que recorria à sublegenda podia apresentar até três nomes para disputar o cargo. Os votos dos três candidatos eram somados e, se a sublegenda vencesse nas urnas, o mais votado assumia o posto.

Em 1974, os militares assistiram ao crescimento do MDB nas urnas. Na tentativa de calar a oposição, o governo baixou, em 1976, o decreto apelidado de Lei Falcão, que permitia apenas fotos dos candidatos e a voz de um locutor na propaganda eleitoral. Mesmo com as tentativas de calar a oposição, o MDB, em 1978, obteve uma grande vitória, recebendo 57% dos votos. Um ano depois, o governo extinguiu o bipartidarismo e o pleito direto de 1982 para governadores sinalizava o fim do autoritarismo.

Em 1985, após o fim do regime militar, uma emenda constitucional restabeleceu eleições diretas para a presidência e para as prefeituras das cidades. A emenda também concedeu direito de voto aos maiores de 16 anos e, pela primeira vez na história republicana, os analfabetos também passaram a votar. A emenda constitucional também extinguiu a fidelidade partidária e flexibilizou as exigências para o registro de

novos partidos, o que permitiu a legalização do PCdoB e do PCB.

A Constituição de 1988 estabeleceu eleições diretas com dois turnos para a presidência, os governos estaduais e as prefeituras com mais de 200 mil eleitores e previa ainda mandato de cinco anos para presidente (hoje quatro anos). Também manteve o voto facultativo (opcional) aos analfabetos e aos jovens a partir dos 16 anos.

Após 29 anos com eleições presidenciais indiretas, somente em 1989 o brasileiro voltou a escolher pelo voto direto o presidente da República. O país consolidava de vez a democracia. A década de 1990 trouxe uma grande novidade na história do voto no Brasil: as urnas eletrônicas. E neste 5 de outubro mais de 142 milhões de brasileiros estarão aptos a utilizá-las.

Produção dos gringos vista de perto

No Centro-Sul de Illinois, o milho já está no “ponto” de colheita e o bom desenvolvimento das lavouras impressionou os produtores

Texto e fotos: Hemely Cardoso



A safra dos Estados Unidos poderá alcançar o recorde de 363 milhões de toneladas de milho, segundo analistas de mercado. O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), porém, estimou a safra em 356,43 milhões do cereal no último relatório divulgado na primeira semana de setembro. As perspectivas de safra cheia são decorrentes das condições climáticas, que permitem o bom desenvolvimento das lavouras nesta safra.

Nesse cenário, onde a maioria das lavouras já está praticamente pronta para ser colhida, desembarcou em Chicago (EUA), no último dia 14 de setembro, o quarto e último grupo da viagem técnica promovida pelo Sistema FAEP aos EUA e Canadá. O grupo é formado por 34 produtores rurais, técnicos da FAEP/SENAR-PR, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). No roteiro americano o grupo já percorreu o Meio-Oeste daquele país, passando pelos

Estados de Illinois, Iowa, Missouri e Indiana e encerrará as visitas técnicas no Canadá, em Toronto.

Assim como os demais grupos, passou por propriedades rurais, centros de pesquisa e universidades. Entre o trajeto do aeroporto de Chicago até Sycamore, sede do Condado de Dekalb, em Illinois, os produtores só tinham olhos para as lavouras de milho e soja nas planícies. Na região Norte desse Estado, os americanos ainda não começaram a colheita porque o plantio atrasou devido ao excesso de chuva no início da primavera e temperaturas abaixo do normal. Entretanto, em outras localidades do Estado, como no Centro-Sul, o milho já está no “ponto” de colheita e o bom desenvolvimento das lavouras impressionou os produtores. “Existem lavouras com potencial para mais 15 mil quilos de produtividade por hectare (250 sacas)”, observou o presidente do Sindicato Rural de Guarapuava, Rodolpho Luiz Werneck Botelho.

Dekalb Country Farm

Na manhã do dia 15, sob uma temperatura em torno de 12º e clima chuvoso, o grupo visitou a Dekalb Country Farm Bureau, uma instituição que surgiu há 102 anos com a finalidade de melhorar a produtividade do milho no Condado de Dekalb. “Diferente das outras regiões, na nossa não teremos uma produção recorde porque choveu em excesso no mês de junho e não tivemos a quantidade de calor necessário ao desenvolvimento das lavouras”, disse o coordenador da Farm Bureau, Doug Dashner.

Assim como ocorreu nos outros grupos, a infraestrutura moderna, a logística pra lá de eficiente e o sistema de produção agrícola americano, baseado no uso de alta tecnologia e mão de obra familiar, chamaram a atenção dos produtores rurais. “Os produtores brasileiros não perdem para os americanos. O que a gente precisa ter são as mesmas vantagens que eles com a logística, a infraestrutura e um governo que nos dê segurança na hora de produzir”, avaliou o presidente do Sindicato Rural de Londrina, Narciso Pissinati, durante o segundo dia de viagem ao completar 71 anos de idade.



Pecuária em Weber Beef

Nesse mar de milho no Meio-Oeste americano também existe pecuária. É o caso da Fazenda Weber Beef, em Geneseo, no Estado de Illinois. A produção se caracteriza pela terceirização de serviços na engorda de bois confinados. Numa área de 3.000 hectares, o produtor Jeff Weber, o seu pai Rodney, e os dois filhos produzem soja, milho, trigo, feno e mantém um “boitel” com 3.000 animais. É como um hotel para os bois, ou melhor, um SPA de engorda. Além de confinar o próprio gado (1.000 cabeças), a família adotou esse sistema de produção porque está com dificuldades para repor o rebanho por causa dos altos preços no país.



Os animais chegam à fazenda geralmente a partir de um ano de idade, onde permanecem confinados entre 120 e 160 dias. A diária custa US\$ 0,40 pelo manejo e mais a alimentação, de acordo com a dieta de cada bovino, e o cliente paga quinzenalmente pela hospedagem. Por isso, Jeff conta com um nutricionista para balancear as refeições que são realizadas conforme a genética do animal. A boiada tem genética angus e cruzamentos de outras raças com angus.

As matérias-primas utilizadas na alimentação variam de acordo com a oferta e o preço no mercado. Hoje, a dieta dos animais se dá basicamente pela utilização de conteúdo ruminal retirados dos frigoríficos (panch), DDGS (resíduo da produção de etanol, como se fosse uma torta de milho) e feno de alfafa. Segundo Jeff, os machos ganham em média 1,6 quilo por dia e as fêmeas 1,3 quilo por dia. Os animais também recebem implante de hormônios para ganhar peso, prática que é proibida no Brasil. Além disso, o rendimento da carcaça dos machos gira em torno de 60%.

Ao chegarem no boitel, os bois são desverminados e vacinados contra cinco doenças, entre elas IBR, BVD e carbúnculos. No confinamento, o espaço total por animal é de 1,5 m² e não há lugar suficiente de cocho para todos os animais se alimentarem. “Isso provocou um questionamento dos produtores, porque no Brasil um confinamento tem em média cinco metros quadrados por boi”, avaliou o pecuarista e presidente do Sindicato Rural de Ribeirão Claro, Marcos Minghini Coelho Loureiro. Hoje, Jeff está vendendo o peso quilo do animal vivo por R\$ 5,87.

Boitel no Brasil

Assim como nos Estados Unidos, o boitel é um sistema de produção adotado no Brasil. A diária custa em torno de R\$ 6,50 e cobre toda a alimentação. Goiás e Mato Grosso são os Estados onde os criadores mais confinam o gado. No ano passado foram um milhão e oitocentos mil animais, segundo a Associação Nacional dos Confinadores.



Terceirização

Quando o assunto é terceirização de serviços, Minghini resume: “O produtor que contratar o serviço pode reduzir os seus custos fixos por não ter despesas de manutenção de maquinário e depreciação. Por outro lado, quem for prestar o serviço vai diminuir os custos na propriedade”.

Na avaliação de Rodolpho Botelho é cada vez mais comum, em todos os setores, a terceirização de serviços. “Os produtores que são eficientes no seu negócio podem prestar estes serviços. Nos Estados Unidos a terceirização é muito forte, eficiente e legalizada. No Brasil, o produtor encontra muitas dificuldades, em função da legislação trabalhista, que não facilita a contratação de mão de obra temporária”.

Rebanho bovino nos EUA

Dados do USDA revelam que o rebanho bovino nos Estados Unidos é o menor nos últimos 63 anos, com 87,7 milhões de cabeças. No início de 1965, o rebanho somava 132 milhões de bois. Além dos EUA, o número de animais também encolheu em grandes produtores como a Argentina e Austrália. “Isso tem aumentado o potencial de crescimento do Brasil nas exportações, embora seja o maior exportador de carne bovina no mundo. Se o país conseguir garantir sanidade no seu rebanho, a chance de conseguir mercados mais exigentes como mercados da União Europeia, Japão e Coreia, por exemplo, abre as portas para um mercado enorme de carne de qualidade para exportar”, aponta Rodolpho. O rebanho brasileiro soma 209 milhões de cabeças, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE).



Depoimentos

Jorge Luiz Sandini Delazari,
presidente do
Sindicato Rural de Marmeleiro

“A viagem está mostrando as tendências para o futuro que não são nada animadoras em termos de preços, pois tudo aponta que vão permanecer baixos por algumas safras. Além disso, o sistema de produção americano mostra que o produtor deve cada vez mais se profissionalizar principalmente na gestão da propriedade para se ter lucro, mesmo diante de preços ruins”.

Anton Gora,
vice-presidente do
Sindicato Rural de Guarapuava

“Essa viagem está dando novamente a oportunidade de comparar as tecnologias entre Brasil e Estados Unidos. Pelo que vimos aqui, a tecnologia está no topo com crescimento de produtividade das lavouras, terceirização de serviços, aplicação de defensivos através das cooperativas, além da integração de atividades, como a agricultura e pecuária. Todo esse conjunto de fatores contribui para que o produtor americano se mantenha competitivo na atividade agrícola, apesar dos preços baixos”.



Emprego agrícola cai 25% em nove anos

12,9 milhões de brasileiros têm atividade no setor agrícola



A participação dos brasileiros empregados na atividade agrícola despencou 25% na comparação entre 2004 e o ano passado, segundo a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 2013, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no último dia 18.

No estudo realizado há nove anos, 20,4% dos trabalhadores com 15 anos ou mais atuavam no setor, o que representava estimativa de aproximadamente 17 milhões de pessoas. Já em 2013, o indicador de ocupação na área agrícola foi calculado em 13,4% do total de trabalhadores brasileiros, o equivalente a uma estimativa de 12,8 milhões de pessoas.

A queda de ocupação na agricultura pode estar relacionada, de acordo com o IBGE, a dois fenômenos distintos: o processo de mecanização e investimento em tecnologia, e o fluxo migratório para as áreas urbanas.

A Pnad 2013 revelou que o setor agrícola - que, desde 2007, já havia perdido o posto de maior empregador do país para a área de comércio e reparação - ficou atrás da indústria pela primei-

ra vez na amostra do IBGE. No ano passado, a área de comércio e reparação representou 17,9% do total de pessoas empregadas; a indústria teve 13,5% e a atividade agrícola, 13,4%.

Dos 12,8 milhões de empregados no setor agrícola, 44,5% estão baseados na região Nordeste (5,7 milhões de pessoas). Em todo o país, há pouco mais de 9 milhões de homens trabalhando na área. Outras 3,8 milhões são mulheres.

Por outro lado, a estimativa absoluta de empregados na área de comércio e reparação cresceu 19%: de 14,4 milhões, em 2004, para 17,1 milhões, em 2013. Já a projeção da indústria se manteve estável no período, com pequenas oscilações. A comparação entre as pesquisas apontou pequena redução percentual: de 14,8%, em 2004, para 13,5%, em 2013.

Desigualdade

O Índice de Gini, que mede a distribuição da renda, passou de 0,496 em 2012 para 0,498 em 2013. Embora a variação seja pequena, o índice voltou para o mesmo patamar de 2011, interrompendo uma trajetória de queda desde 2001. Esse índice é uma medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até 1 (a desigualdade máxima).

A Região Nordeste apresentou o maior nível de desigualdade na distribuição do rendimento do trabalho (0,523) e o menor na Região Sul (0,463), onde Santa Catarina foi o destaque nacional (0,438). A região que apontou a maior desigualdade, nesse caso, foi a Centro-Oeste (0,519). Este índice foi puxado pelo resultado do Distrito Federal (0,570), que apresentou a maior concentração de renda do país. Como se sabe, a maior concentração de funcionários públicos por metro quadrado está no Distrito Federal.

Para a Pnad 2013, foram ouvidas 362.555 pessoas em 148.697 domicílios pelo país.

Faep e Anoreg-PR capacitam para o CAR

Cursos serão realizados para elucidar mudanças do novo Código Florestal. Vagas são limitadas e inscrições vão até 29 de setembro



A FAEP e a Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR) realizarão cursos de capacitação para notários e registradores que desejam sanar dúvidas quanto às mudanças da implementação do novo Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/12), com turmas diárias de 7 a 10 de outubro de 2014, em Curitiba (PR).

“Estamos buscando todas as formas para disseminar as informações e dirimir as dúvidas sobre o CAR, a fim de facilitar o cadastramento para que o produtor rural possa ter sua situação regularizada de forma mais fácil possível. Essa parceria com a Anoreg-PR contribuirá nesse sentido”, explica o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette.

O primeiro dia de aulas contará com as presenças dos presidentes da Anoreg-PR, Robert Jonczyk, da FAEP, Ágide Meneguette, e do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Luiz Tarcísio Mossato Pinto. “Essa parceria com a FAEP fortalece a prestação dos serviços dos cartórios extrajudiciais, que estão em constante aperfeiçoamento para melhor servir à população”, afirma Jonczyk.

Nova regulamentação

Agora, os cartórios do Paraná devem exigir a apresentação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para autorizar operações de transferência, unificação ou subdivisão dos imóveis rurais do Estado. É por isso que os registradores de imóveis paranaenses devem ficar atentos às mudanças implementadas pelo novo Código Florestal, assim como também às publicações do Decreto Presidencial nº 8235/14 e da Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente nº 02/14, que já regulamentam o cadastro dos imóveis de proprietários rurais no CAR.

O novo Código Florestal, aprovado em 2012, estabeleceu dois instrumentos de regularização ambiental: o CAR e o Programa de Regularização Ambiental (PRA). O PRA é um conjunto de ações a serem desenvolvidas por proprietários e posseiros rurais com o objetivo de regularizar as Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL). Para participar do PRA, o produtor precisa estar inscrito no CAR.

Por sua vez, o CAR estabelece-se como uma carteira de identidade ambiental das propriedades rurais, com informações sobre o tamanho da propriedade, APPs, áreas de uso restrito, áreas consolidadas e áreas de Reserva Legal, se existirem. Todos os proprietários e posseiros rurais são obrigados a fazer a inscrição no CAR até 5 de maio de 2015, procurando para isso os cartórios de registros de imóveis de seus municípios. O CAR substitui a averbação de RL e a certidão negativa de débitos ambientais, os documentos exigidos anteriormente à sanção do Código.

Como se inscrever

Enviar as informações abaixo até o dia 29 de setembro para capacitacaocar@faep.com.br

Nome completo; Município; RG (constando órgão emissor); CPF; Telefone; E-mail; Cartório ou tabelionato em que trabalho e função.

Previdência Rural

Os novos conceitos dos produtores rurais na legislação previdenciária

Mais de 100 produtores rurais participaram no Sindicato Rural de Toledo de uma palestra sobre Previdência Social Rural, no último dia 10. O palestrante foi o especialista em previdência e assessor jurídico da FAEP, Eleutério Czornei.

Os direitos, deveres e obrigações do produtor rural, bem como da previdência social, foram abordados nesta palestra. Um dos temas que teve maior repercussão entre os produtores rurais foi a alteração da legislação que modificou o conceito de produtor rural denominado segurado especial e do empregador rural pessoa física, o que tem gerado o indeferimento de muitos benefícios de aposentadoria pelo INSS.

A previdência social define o produtor rural como segurado da previdência na categoria de segurado especial ou como contribuinte individual. “Na categoria segurado especial está enquadrado o produtor rural sem empregados, desde que possua propriedade com área de até quatro módulos fiscais”, lembrou Eleutério. No caso de Toledo essa área corresponde a 72 hectares). E na categoria contribuinte individual o produtor rural que tenha empregados ou que possua propriedade com mais de quatro módulos fiscais. Você pode encontrar o módulo fiscal de seu município no link: <http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1328>

Sendo enquadrado na categoria produtor rural segurado especial ele deverá comprovar o exercício de atividade rural por no mínimo, 15 anos. E como produtor rural empregador rural - contribuinte individual deverá comprovar o recolhimento de 180 contribuições mensais.

Para o próximo mês de outubro estão previstas nos CTAs de Assis Chateaubriand e Ibiporá capacitações sobre Previdência Social Rural destinada aos funcionários dos sindicatos, que assim poderão orientar os produtores rurais nas questões previdenciárias.



Evento

42º Expoleite Arapoti



A 42ª edição da Expoleite Arapoti promovida pela Capal Cooperativa Agroindustrial aconteceu de 04 e 06 de setembro no Par-

que de Exposições, em Arapoti. No evento aconteceu o julgamento de animais da raça holandesa, torneio leiteiro, balcão de negócios e palestras técnicas. Nessa edição a feira teve 35 expositores.

Entre as atividades promovidas destaca-se o Clube da Bezerra, que acontece há mais de 30 anos incentivando crianças e adolescentes a aprender e dar continuidade à atividade exercida por seus familiares. Os participantes com idades entre 9 e 14 anos, executam atividades em grupo e tarefas de casa. A preparação e acompanhamento, feita pela equipe do Departamento de Pecuária da Capal Cooperativa Agroindustrial e pelo associado Korstian Bronkhortst, responsável pela atividade, começam seis meses antes da feira.

Os participantes fazem controle dos dados, anotação em planilhas, cuidam da alimentação da bezerra, a quantidade certa para ministrar ao animal e aprendem sobre a importância de se ter a vacinação em dia. Eles também amansam o animal, dão banho, escovam, tosquam, cuidam da linha de dorso e aprendem a conduzir o animal na pista sem estressá-lo. Tudo isso é registrado em relatório. Uma das exigências aos participantes é estar cursando entre a 4ª e 9ª séries do Ensino Fundamental e levar a sério os estudos.

Sindicato

Posse Medianeira



No dia 01 de agosto foi empossada a diretoria eleita do Sindicato Rural de Medianeira. O presidente da FAEP, Ágide Meneguette, prestigiou o evento e fez um resumo das últimas ações da Federação em defesa dos produtores rurais. Entre os temas abordados por Meneguette des-

tacamos: o Cadastro Ambiental Rural (CAR); o descaso do governo com o seguro agrícola; o Porto de Paranaguá; os avanços dos produtores em relação à sanidade animal e os recursos do Fundepec, e os prejuízos causados aos produtores paranaenses com a liberação das importações de trigo de países fora do Mercosul, no mesmo momento que a colheita do cereal acontece no Estado. Por fim, Meneguette, destacou a importância dos produtores rurais estarem engajados e associados aos seus sindicatos, apoiando as ações e acompanhando tudo que se passa no país.

O presidente eleito Ivonir Lodi falou sobre o desafio de um novo mandato, a construção da nova sede do sindicato rural e também dos novos serviços com o CAR. Ele também demonstrou sua preocupação com a política agrícola do governo federal, que não valoriza o produtor e as invasões indígenas que se aproximam da área de atuação do sindicato.

Além do presidente da FAEP estiverem presentes: Delcyr Berta Aléssio, vice-prefeita de Medianeira; Adilto Luis Ferrari, prefeito de Missal que "Parabenizou o Sindicato Rural de Medianeira" desejo

sucesso a nova diretoria".

Foram eleitos: Ivonir Lodi, presidente; Euclides Luciano Gasparini vice-presidente; Jair Berta secretário e Moises Piletti tesoureiro. Essa diretoria fica no cargo até 30 de julho de 2017.



Serraglio: apoio aos produtores paranaenses

Sensível às demandas do produtor rural paranaense, o deputado federal Osmar Serraglio (PMDB) encaminhou ao ministro da Agricultura Neri Geller, dois ofícios - um no dia 21 de agosto e outro no dia 09 de setembro - pedindo atenção às demandas da FAEP sobre a liberação de recursos do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) e do Plano Agrícola Pecuário (PAP), além da liberação de R\$ 70 milhões para apoiar a comercialização do feijão paranaense.



Na edição da Revista Boletim Informativo da FAEP/SENAR-PR número 1270, na reportagem é intitulada “Feijão: desrespeito ao produtor”, notei que uma das imagens veiculadas é equivocada. Refere-se à plantação de feijão, mas na verdade é uma plantação de soja. É notável a diferença entre as culturas, e portanto, diferem visualmente.

Edson Kuzma

NR. De fato, ocorreu esse equívoco. Veja acima a diferença



Foi muito boa a reportagem sobre a avicultura (BI 1271), pois sou avicultor integrado e acho que os políticos devem atuar para melhorar nosso lucros, que não temos.

Helmuth Schmidt
Carambei - PR

Leitor em Foco



Essa é a turma de formandos em Medicina Veterinária, na Fazenda São Joaquim, em Ponta Grossa. Ao centro está “Lolita” uma simpática e dócil mula que concordou em posar para a posteridade com os acadêmicos. A foto é de Raquel Freire Feix (Ponta Grossa-PR)

O balanço do vazio sanitário

Para Adaptar, produtor rural sabe que a legislação veio para ajudá-lo



A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) divulgou no último dia 16/09 o balanço final da fiscalização de três meses (15 de junho e 15 de setembro), do vazio sanitário da soja no Estado. Foram realizadas 231 autuações abrangendo uma área de 7,8 mil hectares e 6 mil notificações até o dia 14 de junho. Nesse período não podem ser encontradas plantas vivas da oleaginosa no campo, a fim de reduzir a quantidade de esporos do fungo causador da ferrugem asiática durante a entressafra.

“A agricultura é muito dinâmica, e apesar de ter sido registrado um aumento do número de autuações em relação a 2013, o produtor rural está consciente da importância do vazio. Ele sabe que a legislação veio para ajudá-lo, pois o combate à ferrugem asiática é muito caro e traz muitos prejuízos para a cultura de uma forma geral”, afirma a engenheira-agrônoma da Adapar e responsável pelo levantamento, Maria Celeste Marcondes.

Ela considera insignificante a área onde foram feitas as autuações – 7,8 mil hectares - se comparada à área cultivada com soja no Estado – 4,5 milhões de hectares. “As condições de plantio variam muito de um ano para outro, o clima, o solo e a ausência de geadas influenciaram muito a presença de plantas remanescentes no solo durante o período do vazio sanitário”, completa.

Maria Celeste considera que a divulgação pela imprensa e a realização de campanhas educativas direcionadas ao produtor rural

com apoio da FAEP e instituições privadas contribuíram para a mudança de atitude do produtor. “Hoje recebemos denúncias até mesmo de produtores rurais vizinhos de áreas com plantas remanescentes. Isso é consciência”, finaliza.

O maior número de registros ficou concentrado próximo às cidades de Ponta Grossa e Pato Branco, locais já tradicionais em relação ao plantio antecipado da safra. Na Unidade Regional de Sanidade Agropecuária (URS) de Londrina não houve autuações.

Além do Paraná, o vazio sanitário encerrou em mais nove estados na última segunda-feira, entre eles Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rondônia e algu-

mas regiões do Pará, locais onde o produtor já planeja a semeadura da soja da safra de verão.

Grupo de estudo sobre área de refúgio

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) definiu o dia 24 de setembro como prazo final para constituição do grupo de trabalho para estudo da normativa para áreas de refúgio nas culturas de soja, milho e algodão. O grupo será composto por representantes de entidades científicas, empresas tecnológicas, membros do setor produtivo e associações do setor agropecuário.

A FAEP já vinha solicitando, através do envio de ofício (BI 1275), ao Mapa e ao Instituto Pensar Agro (IPA), estudos e regras mais claras sobre as práticas das áreas de refúgio.

O objetivo da técnica do refúgio é garantir à suscetibilidade dos insetos às toxinas do transgênico. No entanto, se a área não for delimitada corretamente, o uso da tecnologia BT corre o risco de se tornar ineficiente, uma vez que pragas mais resistentes podem se desenvolver.

CONSELHO PARITÁRIO PRODUTORES/INDÚSTRIAS DE LEITE DO ESTADO DO PARANÁ – CONSELEITE–PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 07/2014

A diretoria do Conseleite-Paraná reunida no dia 16 de setembro de 2014 na sede FAEP na cidade de Curitiba, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga os valores de referência para a matéria-prima leite realizados em agosto de 2014 e a projeção dos valores de referência para o mês de setembro de 2014, calculados por metodologia definida pelo Conseleite-Paraná, a partir dos preços médios e do mix de comercialização dos derivados lácteos praticados pelas empresas participantes. Os valores de referência indicados nesta resolução correspondem a matéria-prima leite denominada “Leite CONSELEITE IN62”, que se refere ao leite analisado que contém 3% de gordura, 2,9% de proteína, 600 mil células somáticas /ml e 600 mil ufc/ml de contagem bacteriana.



VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA - PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - AGOSTO/2014

Matéria Prima	Valor projetado em agosto/2014	Valor Final agosto/2014	Diferença (final-projetado)
Leite CONSELEITE IN62**	0,8590	0,8626	0,0036

Observações: (*) Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite “posto propriedade”, o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está incluso Funrural de 2,3% a ser descontado do produtor rural. (**) Os valores de referência para o “Leite CONSELEITE IN62” corresponde ao valor da matéria-prima com 3% de gordura, 2,9% de proteína, 600 mil uc/ml de células somáticas e 600 mil uc/ml de contagem bacteriana.

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA - PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - AGOSTO/2014 E PROJETADOS PARA SETEMBRO/2014

Matéria Prima - Valores finais	Valor final agosto/2014	Valor projetado setembro/2014	Diferença (projetado-final)
Leite CONSELEITE IN62**	0,8626	0,8708	-0,0028

Observações: (*) Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite “posto propriedade”, o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está incluso Funrural de 2,3% a ser descontado do produtor rural. (**) Os valores de referência para o “Leite CONSELEITE IN62” correspondem ao valor da matéria-prima com 3% de gordura, 2,9% de proteína, 600 mil uc/ml de células somáticas e 600 mil uc/ml de contagem bacteriana.

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de setembro de 2014 é de R\$ 1,6976/litro.

Visando apoiar políticas de pagamento da matéria-prima leite conforme a qualidade, o Conseleite-Paraná disponibiliza um simulador para o cálculo de valores de referência para o leite analisado em função de seus teores de gordura, proteína, contagem de células somáticas e contagem bacteriana. O simulador está disponível no seguinte endereço eletrônico: www.sistemafaep.org.br/conseleite

Curitiba, 16 de setembro de 2014

WILSON THIESEN Presidente

RONEI VOLPI Vice - Presidente

Rural Leite com nova diretoria

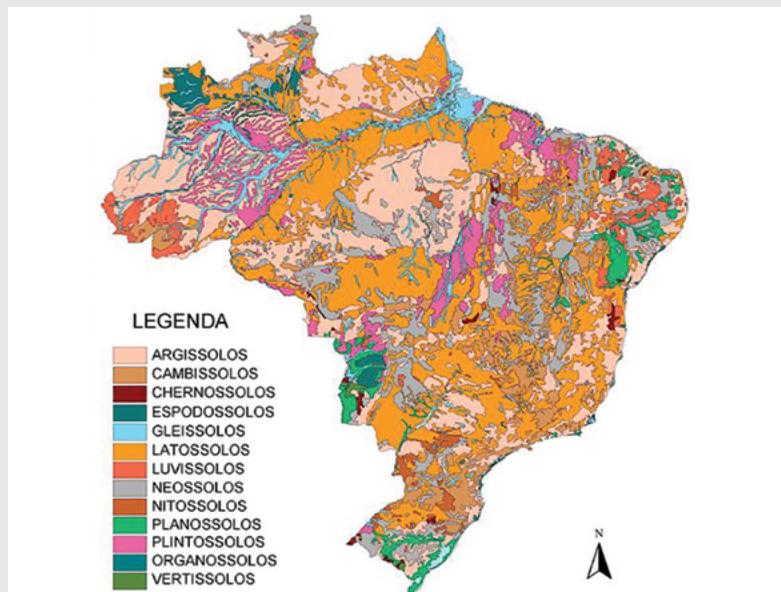
Em assembleia geral realizada na noite da última terça-feira (16), no Sindicato Rural Patronal de Cascavel, os associados da Rural Leite elegeram a nova diretoria para o próximo biênio. Foram eleitos: Cezar Luiz Dondoni como presidente; Itacir Antônio Cervelin, vice-presidente; Márcia Martini Stum, secretária; Robson Lago, 2º secretário; Gelson José Zanotto, tesoureiro; e Eudes Edimar Capelletto, 2º tesoureiro.

“Vamos focar nosso trabalho no fortalecimento da instituição e na bacia leiteira da região sempre apoiando e fornecendo informações aos produtores sobre as questões que envolvem o processo produtivo”, afirmou Dondoni.

Atualmente, no município de Cascavel existem cerca de 2.200 produtores que se dedicam à pecuária leiteira e são responsáveis pela produção de aproximadamente 94 milhões de litros anuais. A nova diretoria já começou a planejar a participação na 35ª edição da feira agropecuária Expovet 2014, que ocorrerá de 11 a 16 de novembro, no Parque de Exposições Celso



Garcia Cid. A Rural Leite tem representação no Conleite-PR, que define os preços pagos ao produtor pela matéria-prima leite no Estado, e, na Comissão do Leite do Sindicato Rural de Cascavel.



Embrapa promove mapeamento do solo

Os produtores rurais brasileiros agora contam com um importante aliado na hora de planejar suas culturas e aderir a programas como a Agricultura de Baixo Carbono (ABC), do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa).

A Embrapa lançou recentemente o Mapa Digital de Carbono Orgânico dos Solos Brasileiros. O sistema une modelagem matemática e conhecimentos levantados em campo e tem condições de auxiliar os produtores na tomada de decisões em diversos programas de conservação de recursos naturais, além de possibilitar um uso mais consciente do solo.

Em alguns países o solo já está totalmente mapeado. Na Dinamarca, por exemplo, a escala de detalhamento é de alta qualidade (1:5.000 ou maior). Nos Estados Unidos, país que tem extensão territorial semelhante à do Brasil, existe um detalhamento de seus solos da ordem de 1:10.000. O conhecimento dos solos brasileiros é fundamental para enfrentar alguns desafios globais, como a segurança alimentar, a produção de bionergia, as mudanças climáticas e a própria sustentabilidade da agricultura.

O mapeamento poderá ser usado para planejar o uso da terra, realizar zoneamentos e definir políticas públicas para a agricultura. O conhecimento atualizado do recurso solo, juntamente com o conhecimento sobre a água, é imprescindível para a construção de uma agenda brasileira de prioridades para o setor produtivo e ambiental.

Fonte: Embrapa

ALTÔNIA



Reunião

No dia 30 de agosto o Sindicato Rural de Altônia foi o palco de uma reunião do Núcleo dos Sindicatos Rurais de Entre Rios. O evento teve a presença do superintendente do SENAR-PR, Humberto Malucelli Neto, e dos presidentes dos sindicatos rurais de Altônia, Braz Reberte Pedrini; Mariluz, Mar Sakashita; e Cianorte, Domingos Vela, além de mobilizadores. No encontro Malucelli falou da importância da parceria entre os sindicatos e o SENAR-PR na oferta dos cursos aos produtores.

CAFELÂNDIA



De olho na qualidade

O Sindicato Rural de Cafelândia organizou, em parceria com a Cooperativa Agroindustrial Consolata (Copacol) e Emater duas turmas para o curso Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris - De olho na qualidade. O primeiro grupo começou dia 23 de maio e concluiu em 01 de agosto, com a instrutora Sandra Tércia Ferneda Ventrorm. A segunda turma iniciou em 30 de julho e terminará em 01 de novembro com a instrutora Giane Fátima Dranka Mori.

CAMPINA DA LAGOA



Tratores

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa realizou o curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas (Tratorista Agrícola) - Operação de Implementos - Semeadeira e Plantadeira, no dia 20 de agosto. Participaram 10 produtores rurais com o instrutor Xisto Roque Pazian Netto.

CASCAVEL



Derivados do leite

Nos dias 28 e 29 de agosto, o Sindicato Rural de Cascavel realizou o curso Produção Artesanal de Alimentos - Derivados de Leite. As aulas aconteceram no salão comunitário do Reassentamento Santa Bárbara, na Comunidade Nossa Senhora Salette, interior de Cascavel. A instrutora foi Margarida Maria Balacon Weiss.

CIANORTE



Mulher atual

O Sindicato Rural de Cianorte organizou mais uma turma do curso Gestão de Pessoas – Mulher Atual. O grupo de 27 produtoras rurais terá aulas no período de 12 de agosto a 14 de outubro com a instrutora Patrícia Pires Dagostin.

MARIALVA



Segurança em altura

O Sindicato Rural de Marialva realizou, em parceria com a Usina Vale Renuka Ivaí, o curso Trabalhador na Segurança do Trabalho - NR 35 - trabalho em altura – agroindústria, para duas turmas. Os dois grupos tiveram oito participantes cada. O primeiro grupo teve aulas nos dias 25 e 26 de agosto e o segundo nos dias 27 e 28, com o instrutor Marcelo Silveiro dos Santos.

IVATUBA



Culinária Oriental

O Sindicato Rural de Maringá realizou no município de Ivatuba, nos dias 01 e 02 de setembro o curso de Produção Artesanal de Alimentos - Culinária Oriental. Participaram 10 produtoras rurais com o instrutor Frederico Leonneo. As aulas foram realizadas no Centro de Referência em Assistência Social de Ivatuba.

PALOTINA



Gestão rural

No período de 11 a 15 de agosto, na sede do Sindicato Rural de Palotina foi realizado o curso de Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvopastoris - gestão rural - básico em gestão, em parceria com o Colégio Agrícola Estadual Adroaldo Augusto Colombo. Participaram 14 alunos com o instrutor Vanderley de Oliveira.

IBIPORÃ



Primeiros Socorros

O Sindicato Rural de Ibiporã realizou nos dias 28 e 29 de agosto o curso Trabalhador na Segurança no Trabalho - Primeiros Socorros. Participaram 15 produtores e produtoras rurais com o instrutor Fernando Jodas Gonçalves.

PARAÍSO DO NORTE



Avaliação e conformação

O Sindicato Rural de Paraíso do Norte realizou o curso Trabalhador na Bovinocultura de Leite – avaliação e conformação ideal de vacas leiteiras nos dias 01 e 02 de setembro. Participaram 11 produtores rurais, com o instrutor Juliano Botter.

SÃO JOÃO



De Olho

Encerrou no dia 30 de agosto o curso Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris - De Olho na Qualidade. O curso foi realizado em parceria entre o Sindicato Rural de São João e a empresa Agrogen. O instrutor foi Vitor Arlindo Camozzatto.

PIRAÍ DO SUL



Tratores

O Sindicato Rural de Pirai do Sul realizou nos dias 08 e 09 de setembro o curso de Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas - tratorista básico. Participaram 15 produtores e funcionários com a instrutora Silvana Olzewski.

RONDON



Alistamento militar

O presidente do Sindicato Rural de Rondon, Irial Basso, participou no dia 27 de agosto da entrega do Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI) aos alistados da classe de 1996 do município de Rondon. Na ocasião o líder sindical parabenizou os alistados.

STO ANTÔNIO DA PLATINA



Manejo e ordenha

O Sindicato Rural de Santo Antônio da Platina realizou na sua extensão de base em Guapirama o curso de Trabalhador na Bovinocultura de Leite – Manejo e Ordenha. As aulas aconteceram de 01 a 05 de setembro para nove produtores, com o instrutor Claudio Manoel Livramento.

TIBAGI



Agricultura de Precisão

O Sindicato Rural de Tibagi em parceria com a Fazenda Diamantina realizou nos dias 27, 28 e 29 de agosto o curso de Trabalhador na Agricultura de Precisão - introdução à agricultura de precisão. A turma de 13 participantes teve como instrutor Edson Cristiano Groff.

UBIRATÃ



Moop

O Sindicato Rural de Ubatã realizou no período de 22 a 26 de agosto o curso Condutores de Veículos - DETRAN - Movimentação e Operação de Produtos Perigosos - Moop. Participaram 23 trabalhadores rurais com o instrutor Rovani Dutra.

Uma simples foto



Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo email: imprensa@faep.com.br com seu nome e endereço.

Ah, os Silvas

Todo o mundo sabe que o sobrenome Silva veio de terras portuguesas. O que poucos imaginam é que ele é mais antigo do que Portugal. O sobrenome surgiu no tempo do Império Romano e denominava os habitantes das regiões de matas ou florestas (“silva”, em latim – o mesmo que selva). Mas por que existem tantos Silva no Brasil? Por três motivos: é muito usado em Portugal, muitos portugueses adotaram o Silva quando vieram para cá (provavelmente para manter o anonimato) e o sobrenome foi dado a milhares de escravos que foram trazidos para o Brasil.

Não é fedorento, ao contrário

Chamado em muitos países de ananás, o abacaxi é da família das bromélias e natural do continente americano. O termo abacaxi vem do tupi “ibacati” e significa “fruto fedorento”. Pode ser pros tupis, porque além de exalar um cheiro agradável, os abacaxis possuem alta concentração de vitamina A, auxiliando a visão e tem ação antioxidante, combatendo os radicais livres que aceleram processos típicos do envelhecimento.



Ricina

O nome aí em cima é parecido com rícino daquele óleo “bala” para intestino teimoso, mas não há parentesco com essa toxina de origem vegetal, seis vezes mais venenosa que o cianeto. Obtida a partir de uma proteína de sementes de mamona, a ricina, na proibida guerra biológica, é considerada arma de destruição em massa



Dá-lhe miojo

A Associação Mundial do Macarrão Instantâneo (sim, isso existe!) informa: apesar de ser uma invenção japonesa, a demanda global da China por macarrão instantâneo é a mais alta do mundo. Em 2013, a China consumiu mais de 46 bilhões de pacotes de macarrão da marca Tong-Yi, o miojo deles.



Experimente

Dinheiro ajuda a aliviar a dor. É o que afirmam alguns pesquisadores da Universidade de Minnesota, nos Estados Unidos. Eles observaram dois grupos, um que havia manuseado dinheiro e outro que não havia manuseado e constataram que o pessoal da grana conseguiu suportar por mais tempo as mãos mergulhadas em água fervente. Faça o teste.





Paraíso animal

Das 483 espécies de mamíferos brasileiros, 324 vivem na Amazônia e das 141 espécies de morcegos, 125 voam na região.

Com cerca de 1.622 espécies, a Amazônia abriga metade das aves conhecidas do mundo, 468 espécies de répteis e 517 de anfíbios. De quebra, a região também possui um terço dos insetos da Terra.

Vapores calientes

A sauna é praticamente uma instituição finlandesa. Existem cerca de 3 milhões de saunas para uma população de pouco mais de 5 milhões de habitantes e anualmente ocorre em Heinola, perto da capital Helsinque, o campeonato mundial de sauna. Ganha quem consegue ficar mais tempo numa sauna a temperaturas que podem chegar a 110° C.



Nas alturas

O jogador mais alto da NBA, a liga de basquete norte-americana, foi Manute Bol, com 2,31 m e 102 quilos. Natural do Sudão entrou na NBA na temporada 1985/86 pelo Washington Bullets. Ele veio diretamente de uma tribo Dinka, filho do chefe da tribo e seu nome (Manute) significa "benção especial". Jogou ainda pelo Golden State Warriors, Philadelphia 76'ers e Miami Heat.



Guarda presidencial

Os Dragões da Independência e da Guarda Presidencial tem origem na época do Brasil Imperial e seus uniformes foram desenhados por Jean-Baptiste Debret e pelo próprio D. Pedro I, e foram inspirados em uniformes de guardas de outros países como a França. Cabe às tropas a guarda do presidente da República e o cerimonial militar.



Veterana

O nome da pomada Minâncora, criada em 1913, é uma combinação de Minerva, a deusa grega da sabedoria e a palavra âncora, numa alusão à decisão do inventor do produto, o farmacêutico português Eduardo Augusto Gonçalves, ao decidir permanecer (ou lançar âncoras) no Brasil.



Bêbados e a gripe suína

Dois bêbados discutem sobre a gripe suína, quando um pergunta:

- Você viu o novo álcool em gel que lançaram?
- Vi sim, mas eles se ferraram com isso!
- Ué, por quê?
- Porque agora eu posso passar no pão!



AS VANTAGENS ADQUIRIDAS QUANDO SE CHEGA A UMA CERTA IDADE:

1. Os sequestradores não se interessam mais por você.
2. De um grupo de reféns, provavelmente será um dos primeiros a ser libertado.
3. As pessoas lhe telefonam às nove da manhã e perguntam: 'te acordei?'
4. Ninguém mais o considera hipocondríaco.
5. As coisas que você comprar agora não chegarão a ficar velhas.
6. Você pode, numa boa, jantar às seis da tarde.
7. Você pode viver sem sexo, mas não sem os óculos.
8. Você curte ouvir histórias das cirurgias dos outros.
9. Você discute apaixonadamente sobre planos de aposentadoria.
10. Você dá uma festa e os vizinhos nem percebem.
11. Você deixa de pensar nos limites de velocidade como um desafio.
12. Você para de tentar manter a barriga encolhida, não importa quem entre na sala.
13. Você cantarola junto com a música do elevador.
14. A sua visão não vai piorar muito mais.
15. O seu investimento em planos de saúde finalmente começa a valer a pena.
16. As suas articulações passam a ser mais confiáveis do que serviço de meteorologia.
17. Seus segredos passam a estar bem guardados com seus amigos, porque eles os esquecem.
18. 'Uma noite e tanto', significa que você não teve que se levantar para fazer xixi.
19. Sua mulher diz 'vamos subir e fazer amor', e você responde: 'escolha uma coisa ou outra, não vou conseguir fazer as duas!'.
20. As rugas somem do seu rosto quando você está sem sutiã.
21. Você não quer nem saber onde sua mulher vai, contanto que não tenha que ir junto.
22. Você é avisado para ir devagar pelo médico e não pelo policial.
23. 'Funcionou', significa que você hoje não precisa ingerir fibras.
24. 'Que sorte!', significa que você encontrou seu carro no estacionamento.
25. Você não consegue se lembrar do que leu aí em cima.

As letras deste texto estão em tamanho razoável, caso você tenha esquecido onde colocou os óculos...

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

SISTEMA FAEP



A versão digital deste informativo está disponível no site:

sistemafaep.org.br